

Mudança no orçamento gera reação

O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), reagiu ontem à modificação do orçamento da União, feita pelo ex-deputado e atual ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, com uma providência de ordem técnica: não vai mais prorrogar o prazo para a votação da lei orçamentária, como vinha ocorrendo todo ano. Benevides quer evitar a pressa das votações, que não permite um acompanhamento mais sério do que está sendo relatado e aprovado.

Mas Benevides ainda não tem autorização dos parlamentares para apurar as denúncias de irregularidades na elaboração do orçamento deste ano. O PMDB e o PFL ainda não indicaram seus representantes na CPI que deve apurar esse tipo de fraude. O funcionamento dessa Comissão Parlamentar de Inquérito está sendo adiado desde dezembro.

Benevides também não conta com a colaboração do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor das denúncias, que continua mantendo sob sigilo 20 das 65 emendas que teriam sido introduzidas de forma irregular no orçamento de 1992. O senador quer dar conhecimento apenas das 45 que divulgou quarta-feira.

Versão

A lei orçamentária e as denúncias sobre as 65 emendas que ela teria recebido depois de aprovada no plenário foi o assunto dominante na sessão de ontem do Senado.

Na Câmara, o deputado Messias Gois (PFL-SE), atual presidente da Comissão de Orçamento, confirmou a versão do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), de que houve um acordo entre as lideranças partidárias para que o projeto fosse alterado pelo relator, apesar de já ter sido aprovado pelo plenário do Congresso.

Gois lembrou que muitos deputados estavam contrariados por não ter nenhuma emenda contemplada no projeto aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. "Como o ano legislativo estava acabando, fizemos um acordo para incluir algumas emendas de parlamentares de todos os partidos".